

Congresso se esforça para manter recesso

BRASÍLIA — No penúltimo dia antes do recesso parlamentar, os deputados votaram ontem vários projetos que estavam emperrados há muito tempo, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e um pacote anti-sequestro. Até o início da noite, ainda não havia acordo para votar a política salarial, o que prejudicava a decisão dos deputados sobre quando poderiam voltar para os seus Estados. Muitos parlamentares tinham vôos marcados para a manhã de hoje e reservaram também lugares nos vôos noturnos.

Para votar ainda ontem a política salarial, o deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE), que dirigia os trabalhos, prorrogou em uma hora a sessão da Câmara, atrapalhando a apreciação dos vetos presidenciais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), durante a sessão do Congresso, marcada para começar às 18h30.

Os deputados de oposição avisavam que iriam continuar obstruindo a pauta se a política salarial não fosse votada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente permite ao menor viajar sozinho sem autorização do juiz, garante assistência jurídica para crianças carentes e verba para desenvolver programas, entre várias outras garantias. Havia acordo das lideranças e a votação foi simbólica. Também através do mesmo sistema de votação os deputados aprovaram um pacote anti-sequestro, que inclui escuta telefônica para facilitar a localização de quadrilhas.

O Senado não votou ontem o Código do Consumidor nem o projeto de custeio da Previdência Social e dificilmente votará hoje. O senador Leite Chaves (PMDB-PR) parou de recolher assinaturas para a urgência a esse último ao ser informado de que o presidente Collor o vetaria.